

DIREITO ADMINISTRATIVO

Estratégia OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO ADMINISTRATIVO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

O Município de Vila Serena, com o objetivo de impulsionar o turismo e o desenvolvimento regional, instaurou procedimento licitatório para a construção de um centro de convenções e eventos, com estacionamento coberto e mirante panorâmico, a fim de receber feiras, congressos e visitantes de toda a região.

Por entender mais apropriado ao interesse público, o Município optou pela combinação das modalidades diálogo competitivo e concorrência, sendo aberto prazo para que as empresas especializadas em obras de grande porte pudessem se cadastrar. Após o tempo determinado no edital, foi aberto o diálogo com as empresas cadastradas e o valor da empresa contratada foi de R$ 3.000.000,00.

No projeto que o município disponibilizou, o centro de convenções seria construído onde funciona a antiga Estação Ferroviária da cidade, cujo prédio foi tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ainda no ano de 2026 e funciona como museu ferroviário, sendo aberto à visitação e considerado patrimônio histórico, fazendo parte do município conhecido nacionalmente pelo seu ciclo ferroviário e cafeeiro.

Ao ser questionado sobre a obra, o prefeito alegou que, por estar localizado no município e tendo em vista um novo projeto para aquele espaço, pode o prédio ser demolido, pois o centro de convenções trará ainda mais desenvolvimento e para a sociedade.

A Associação de Proteção ao Patrimônio Público existente no Município há uma década, ao verificar que bens históricos estavam sendo alvo desse projeto, procurou você como advogado(a) para ajuizar a medida judicial cabível. O objetivo da ação é proteger o patrimônio público e social, invalidando o projeto e a construção do centro de convenções o mais rápido possível, ainda que haja necessidade de, ao longo do processo, produzir provas periciais. (Valor: 5,00)

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	

32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	

63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	

94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	

125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

O Município de São Gabriel, após o devido procedimento licitatório, contratou a sociedade empresária Eleva Serviços Ltda. para a manutenção dos elevadores dos prédios públicos, pelo montante de R$ 70.000,00 mensais. Após prorrogações sucessivas por igual período, a avença já perdura por quase sessenta meses, de forma satisfatória e com valores compatíveis com o mercado. Diante de impugnações ao edital do novo certame, a Administração prorrogou o contrato por mais doze meses, mediante autorização da autoridade competente.

Diante dessa situação hipotética, na qualidade de advogado(a) consultado(a), responda aos itens a seguir.

A) O Município de São Gabriel poderia ter realizado a contratação verbal do serviço em questão? (0,65)

B) É válida a prorrogação do contrato por mais doze meses? (0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

O Estado de São Paulo visa ampliar uma de suas rodovias e construir mais pedágios. Para isso, pretende constituir contrato administrativo de concessão na modalidade patrocinada (Parceria Público-Privada), onde envolve parte da prestação pela administração e outra parte pela tarifa cobrada aos usuários do. serviço. O período estimado para esse contrato é de 3 anos, e o valor da obra é estimado em R$ 15.000.000,00. Diante da situação, responda:

A)Existem prazos específicos para duração deste? (0,65)

B)Há necessidade de licitação prévia em modalidades específicas para a formalização deste contrato? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Lucas é servidor federal e passou a fazer parte da comissão de sindicância do Ministério da cultura onde é lotado. André, seu colega de longos anos por várias vezes se ausentou do trabalho durante o expediente sem prévia autorização e passou a ter sua conduta apurada por meio de sindicância. André, sem ter conhecimento de como é o procedimento de uma sindicância e quais as possíveis penalidades que poderão resultar, procura Lucas para sanar algumas dúvidas. Como Lucas deve responder aos seguintes questionamentos de André:

A)A sindicância é pré- requisito para instauração de processo administrativo disciplinar? (0,65)

B)A ausência intencional e injustificada pode configurar abandono de cargo?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

A sociedade empresária Delta Projetos e Estudos Ltda., percebendo a necessidade de ampliação da capacidade operacional de um porto federal, apresentou, autorizada pelo poder público, um estudo detalhado para demonstrar que a demanda atual superava a capacidade dos berços de atracação. No entender da empresa, haveria uma demanda reprimida pela limitação do cais, prejudicando e encarecendo o escoamento da produção exportadora. O Governo Federal, ciente de suas limitações orçamentárias, decidiu fazer uma concessão de serviço público precedida da execução de obra pública. Os estudos feitos pela sociedade empresária Delta foram utilizados na estimativa do fluxo de caixa feita pela Administração e estavam disponíveis para consulta pelos interessados. Após o procedimento licitatório, sagrou-se vencedor o consórcio Ômega, formado pelas empresas Tau e Épsilon.

Diante dessa situação hipotética, na qualidade de advogado(a) consultado(a), responda aos itens a seguir.

A)O consórcio vencedor do certame pode ser obrigado a pagar pelos estudos desenvolvidos pela sociedade empresária Delta? (Valor: 0,65)

B)O consórcio Ômega está obrigado, por lei, a se constituir em sociedade empresária antes da celebração do contrato com o poder concedente? (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	